

Acerca da feição evolutiva da população portuguesa

POR

ANTÓNIO DE ALMEIDA GARRETT

Prof. da Faculdade de Medicina do Porto

Abstraindo das Províncias Ultramarinas, cingindo-nos à Metrópole, nesta nesga de terra e nos arquipélagos do Atlântico para onde se debruça, marcando o seu destino de descobridor e civilizador de povos, Portugal afirmou sempre a forte vitalidade do seu povo.

Em valioso exórdio, registam os «Anuários Demográficos» do Instituto Nacional de Estatística as fontes informadoras da população metropolitana em recuadas eras. Os números sobre elas calculados não podem, naturalmente, pretender fidelidade, e tanto mais quanto mais distanciados dos censos regularmente efectuados. Os cálculos exarados ali dão, só para o Continente, a cifra de 1.100.000 habitantes nos séculos XVI e XVII, e de 2.400.00 em meados do XVIII. Não é crível que a população dos Quinhentos, tida por quase estacionária, em virtude das devastadoras pestilências e pela sangria dos descobrimentos, mais que duplicasse de um século para século e meio, pois o recenseamento geral, ordenado pelo Conde de Linhares, contabilizou 3.115.330 habitantes, em 1801. Não andaremos longe da verdade supondo uma massa populacional, em número redondo, de milhão e meio nos meados do século XVI, de dois milhões nos do XVII, e de mais de três milhões ao findar do XVIII. Apesar de todos os factores de desgaste, inerentes a essas épocas, uma exuberante prolificidade engrossava o povo português em magnífica escala.

Através do século XIX o incremento prosseguiu, e mais activamente. Em 1864, o primeiro recenseamento geral e simultâneo apurou 4.188.410 habitantes; ao findar do século registou-se um total de 5.423.132, fruto duma natalidade que continuava superior a 30 nados-vivos por milhar de almas. Em rápido desenvolvimento, a população crescera em mais de 2 milhões, sem que esmorecesse uma forte cor-

rente emigratória para o Brasil, que íamos intensamente povoando, e sem que abrandasse uma alta mortalidade, de mais de 20 óbitos por milhar de viventes.

No presente século, o crescimento prosseguiu com teor semelhante. Entre 1900 e 1950 a população passou dos referidos 5.423.132 para 8.441.312. Há neste período duas fases distintas: na primeira mantiveram-se grandes as taxas natalícia e obituária, na segunda esses índices entraram em lento declínio, mas conjugando-se os valores das duas taxas por forma tal que os excedentes de vidas não sofreram notável redução. Como se vê pelos seguintes números, de quotas referidas a 1.000 habitantes:

I — Saldos fisiológicos (1901-50)

Decénios	Natalidade	Mortalidade	Saldos fisiológicos
1901-10	31,45	19,98	11,47
1911-20	32,54	23,67	8,77
1921-30	32,00	19,39	12,67
1931-40	27,72	16,29	11,71
1941-50	25,04	14,60	10,42

Desatremam-se do normal da série o decénio de 1911-20, por motivo das epidemias de tifo exantemático e sobretudo da pandemia gripal; motivo que em 1918 provocou um excedente de mortos sobre a cifra de nados na quantidade de 80.291 unidades, e que ainda no ano seguinte se repercutiu, reduzindo o saldo de vidas à taxa de 2,21.

Comparem-se agora os saldos fisiológicos com os que abandonaram a Metrópole, para apreciação da importância da emigração na contagem dos saldos positivos. Note-se que só a partir de 1936 há registo de retornados, pelo que aos números dos emigrados de 1901 a 1935 se abateram tantos quantos os correspondentes à percentagem de retornados de 1936 em diante, que foi de 22,7. Os resultados estão representados no Quadro II.

Mostra este quadro que, nos últimos dois decénios da série, os desfalques motivados pela emigração diminuíram consideravelmente de volume. O fenómeno resultou, no começo, da restrição à entrada de emigrantes no Brasil, e depois da falta de navegação durante a última grande guerra; a quebra deu-se em 1931, acentuou-se em 1941-45, só voltando a tomar vulto em 1950, com 21.892 emigrados e 3.784 retornados.

Nos três primeiros decénios o total de emigrantes foi de 1.076.784, e o de retornados de 246.839; nos dois últimos decénios tais cifras foram respectivamente, de 199.624 e 86.334. No conjunto do meio século, a proporção dos reingressados na Pátria foi de 26,1 por cento.

II — Gasto emigratório (1901-50)

Decénios	Saldo fisiológico	Gasto emigratório
1901-10	488.157	252.195
1911-20	749.375	326.317
1921-30	425.570	241.435
1931-40	810.438	65.935
1941-50	840.825	47.077
1901-50	3.314.365	932.959

Do cotejo das duas colunas do quadro conclui-se que a emigração levou, nos cinquenta anos considerados, 28,1 por cento dos aumentos populacionais que se verificariam se ela não existisse. Entrou assim, em notável medida, para a restrição do incremento populacional metropolitano. É a segunda das grandes características demográficas portuguesas, efectivável mercê do forte poder de reprodutividade da grei.

Foi tudo isto assim até 1950. Como se passaram as coisas recentemente, e como, sobre o actual movimento, será possível prever o que se passará no futuro?

Nos últimos seis anos de dados estatísticos até hoje publicados, o movimento da população infere-se das seguintes taxas:

III — Saldos fisiológicos (1951-56)

Anos	Natalidade	Mortalidade	Saldos fisiológicos
1951	24,52	12,44	12,08
1952	24,71	11,75	12,95
1953	23,44	11,30	12,14
1954	22,72	10,94	11,79
1955	23,94	11,35	12,59
1956	22,93	12,10	10,54

Verificou-se muito lenta degressão da natalidade e quase estabilidade da quota mortuária; pelo que houve um pequeno retardamento das anteriores proporções de aumento da população. O incremento real, descontada a emigração aos saldos fisiológicos, deve corresponder, aproximadamente, aos seguintes números, a partir dos 8.441.312 habitantes, registados ao findar de 1950:

IV — Saldos positivos (1951-56)

Anos	Saldos fisiológicos	Emigrantes	Saldos positivos
1951	102.397	32.241	70.156
1952	110.727	45.971	64.756
1953	104.675	38.477	66.198
1954	102.448	39.638	62.810
1955	110.318	28.184	82.134
1956	95.748	25.470	70.278
1951-56	626.313	209.981	416.332

Por estes dados, no remate de 1956, a população ascenderia a 8.857.644. O cálculo feito pelo progredimento registado em 1941-50 dá um número deste aproximado: 8.876.430.

Conhecido este andamento, vamos à previsão do futuro. Evidentemente, qualquer presunção, nesta matéria, pode falhar, por mais lógica que seja a hipótese formulada. Exporei a que me parece mais provável, não futurando para além de 1966.

Supondo que a taxa natalícia descerá gradualmente na escala observada depois de 1936, ano em que abandonou a casa de 29, esse índice será de 20,5 em 1966. A mortalidade não tem diminuído ultimamente, com taxa média de 11,5, em número redondo, altura esta operada depois da quebra ocorrida entre 1935 e 1950, que a fez baixar de 17 para 13; mas, perante o progresso e a extensão da medicina curativa e preventiva, e a suposta descida da natalidade, é de crer que se manifeste nova regressão, conduzindo-a a um valor aproximado de 9. Nesta hipótese, a diferença entre as duas taxas continuará a ser de 11,5; a qual, incidindo sobre menores contingentes de nados, fará baixar um pouco os saldos fisiológicos anuais, por tal maneira que, em 1966, o saldo seja de cerca de 80.000 almas, em vez das 100.000 que em média teve nos últimos anos. Se a emigração continuar no ritmo dos últimos anos, de cerca de 70.000 emigrantes por ano, feitas as devidas contas a popula-

ção da Metrópole será de uns 9 milhões para mais que não para menos, pois o cálculo deu perto de 9.200.000.

Perante tal previsão, ocorre perguntar se será possível manter tanta gente, promovendo-se a desejada melhoria do nível de vida, que é baixo para a maioria da nossa população. Não falta quem reponderá negativamente, considerando Portugal como país superpovoado, e surgirá a necessidade dum provocada redução da natalidade, propósito tão em moda por esse mundo fora, baseado num conceito excessivamente materialista da vida, com desprezo pelo futuro das nacionalidades e da civilização cristã perante as hordas orientais.

Eu respondo afirmativamente. Há ainda muita riqueza a explorar, muitas possibilidades de aumentar o rendimento colectivo; e se esse progressivo caminho for seguido, uma melhor repartição do produto nacional elevará sensivelmente o nível actual de vida. Creio que os referidos quantitativos de emigrantes não precisam de avolumar, nem para conter o incremento da população, nem para que deixemos de continuar a manter a lusitanidade do Brasil e a povoar mais intensamente do que até agora as Províncias do Ultramar.

Não faltam exemplos de povos com densidades muito superiores à prevista, de perto de 100 habitantes por quilómetro quadrado. Não valem os de países ricos como a Inglaterra, a Holanda e a Bélgica, cujas densidades sobem a 289, 279 e 235. Sirvo-me do da Suíça, país mais montanhoso que o nosso, com menos terra produtiva e escasso subsolo, que tem uma densidade de 114 e um nível de vida satisfatório. Se as citadas condições se realizarem, o futuro demográfico previsível só será benéfico; afirmará, com maior felicidade geral, a vitalidade da grei e a persistente grandeza da Pátria.